

PUBLICATIO UEPG

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

APPLIED SOCIAL SCIENCES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA/PONTA GROSSA STATE UNIVERSITY

REITOR/PRESIDENT

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/DEAN OF RESEARCH AND GRADUATE STUDIES

Osnara Maria Mongruel Gomes

DIRETORIA DE DIVISÃO DE PESQUISA/RESEARCH OFFICE DIRECTOR

Maristella Dalla Pria

EDITORA UEPG

UEPG Publishing house

EDITOR/EDITOR

Lucia Cortes da Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PONTA GROSSA STATE UNIVERSITY

PUBLICATIO UEPG

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

APPLIED SOCIAL SCIENCES

Editora
UEPG

Copyright by Editora UEPG

Editoração eletrônica: Marco Wrobel
Revisão Resumo/Abstract: Thaisa de Andrade Jamoussi
Secretaria: Francieli Lunelli Santos; Jáder Hernando Mejía Cano, Karoline
Coelho de Andrade e Souza

Coordenadora: Prof. Dra. Jussara Bourguignon
Editoras: Francieli Lunelli Santos; Jáder Hernando Mejía Cano, Karoline
Coelho de Andrade e Souza
Tiragem: 500 exemplares

Comitê Editorial / Editorial Committee

Adriano José Pereira – Universidade Federal de Santa Maria
Alberto Pucci Jr - Faculdade Metropolitana de Curitiba
Alzira Mitz Bernardes Guarany – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ana Paula Machado Velho – Universidade Estadual de Maringá
Augusta Pelinski Raiher – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Betania Maciel – Universidade Federal de Pernambuco
Carlos Alberto de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Carlos Ubiratan da Costa Schier – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cesar Eduardo Abud Limas – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cid Olival Feitosa – Universidade Federal de Alagoas
Claudia Regina Magnabosco-Martins – Universidade Estadual do Centro Oeste
Clara Cruz Santos – Universidade de Coimbra
Cristian Damian Maneiro - Universidad de la República/Uruguay
Denis Porto Renó – Universidad Del Rosario/Colombia
Edina Schimanski – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Enrique Pastor Seller – Facultad de Trabajo Social Universidad de Murcia
Greicy Mara França – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Guillermo Meléndez Hevia – Universidad Zaragoza

Jamerson Viegas Queiroz – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Jandir Ferrera de Lima – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Jasmine Cardozo Moreira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
João Irineu de Resende Miranda – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Jorge Pedro Sousa – Universidade Fernando Pessoa/Portugal
Luiz Fernando de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Marcio Henrique Coelho – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Maria Rita Milani – Universidade Federal de Alagoas
Marilysa do Rocio Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Mônica Solange de Martino – Universidad de la República/Uruguay
Paula Melani Rocha – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Pedro Russi – Universidade de Brasília
Raphael Moroz – Universidade Tuiuti do Paraná
Rosilêa Clara Werner – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Solange Aparecida B. de Moraes Barros – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Tomas Sparano Martins - PUC/PR
Walfrido Nunes Menezes – Faculdade Estácio do Recife
Zadoque Alves Fonseca Filho – FAMA - Escola Superior de Marketing

Avaliadores (as) da Edição

Bruna Alves Lopes – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Claudia Regina Magnabosco Martins – Universidade Estadual do Centro Oeste
Francieli Lunelli Santos - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Glaucia Mayara Niedermeyer Orth – Universidade Estadual de Ponta Grossa /
Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
José Augusto Leandro – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Jussara Ayres Bourguignon – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Luana de Oliveira Billerbeck – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Lucimar Coneglian – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Luis Fernando Cerri – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Márcia Helena Baldani – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Maria Cristina Baluta – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Maria Cristina Rauch Baranoski – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Murilo Duarte Costa Corrêa – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Nei Alberto Salles Filho – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Patricia Melhem Rosas Universidade Estadual de Ponta Grossa / Faculdade Campo Real
Reshad Tawfeiq – Universidade Estadual de Ponta Grossa / Sociedade Educativa e
Cultural Amélia
Rudy Heitor Rosas – Universidade Estadual de Ponta Grossa / Faculdade Campo Real
Vitor Hugo Bueno Fogaça – Universidade Estadual de Ponta Grossa / Faculdade de
Telêmaco Borba

PUBLICATIO UEPG: Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Estadual de Ponta Grossa, v.1, n.1,
(1993)- Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

Trimestral.

Subdividiu-se da Revista Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas,
Linguística, Letras e Artes, v. 18, n.2, (2010) .

2016, v. 24, n. 3

ISSN 2238-7552 - versão impressa

ISSN 2238-7560 - versão online

1-Ciências sociais aplicadas. I.T.

CDD: 300

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

REVISTA INDEXADA EM:

GeoDados <<http://geodados.pg.utfpr.edu.br>>

FUNPEC (Sumários de Revistas Brasileiras) <www.sumarios.org>

CLASE (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades) da Universidade Nacional Autónoma de México
- UNAM <dgb.unam.mx/clase.html>

Base de Dados do Acervo de Bibliotecas do Paraná

LATINDEX (Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)

Permutas - e-mail: ersouza@uepg.br ou fone: (42) 3220-3409

Vendas - Editora e Livrarias UEPG - Fone: (42) 3220-3306 - e-mail: vendas.editora@uepg.br / livraria@uepg.br - <http://www.uepg.br/editora>

SUMÁRIO
SUMMARY

| | |
|--|-----|
| EDITORIAL: JUSTIÇA RESTAURATIVA E CIDADANIA | 247 |
| • Jussara Ayres Bourguignon e Francieli Lunelli Santos | |
| LA ESCUELA COMO ESCENARIO DE PAZ: JUSTICIA RESTAURATIVA Y RESOLUCIÓN PACIFICA DE CONFLICTOS..... | 249 |
| • Giovanni Alberto Zapata Cardona | |
| O LUGAR DO PERDÃO NA JUSTIÇA RESTAURATIVA..... | 261 |
| THE ROLE OF FORGIVENESS IN RESTORATIVE JUSTICE | |
| • Petronella Maria Boonen | |
| A CULTURA SIMBÓLICA E PUNITIVA DO DIREITO PENAL NO BRASIL: OS AVANÇOS SOCIAIS E OS DESAFIOS DA POLITICA NACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA A PARTIR DA RESOLUÇÃO Nº. 225 CNJ/2016..... | 271 |
| SYMBOLIC CULTURE AND PUNITIVE CRIMINAL LAW IN BRAZIL: THE PROGRESS AND SOCIAL JUSTICE NATIONAL POLICY CHALLENGES FROM RESTORATIVE RESOLUTION N. 225 CNJ/2016 | |
| • Rodrigo Cristiano Diehl e Rosane Teresinha Carvalho Porto | |
| APRE(E)NDER COM A OBSERVAÇÃO: UM ESTUDO COMPARADO DA MEDIAÇÃO PENAL DE ADULTOS EM PORTUGAL E DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS DO BRASIL | 287 |
| LEARNING WITH OBSERVATION: A COMPARATIVE STUDY OF PENAL MEDIATION FOR ADULTS IN PORTUGAL AND RESTORATIVE PRACTICES IN BRAZIL | |
| • Cristina Rego Oliveira | |
| JUSTIÇA RESTAURATIVA E O SISTEMA PENAL: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS..... | 299 |
| RESTORATIVE JUSTICE AND THE CRIMINAL SYSTEM: POSSIBLE ARTICULATIONS | |
| • Jussara Alves da Cruz Soares e Priscila Ferreira Fortini | |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO | 311 |
| CONSIDERATIONS ON THE EFFECTUATION OF RESTORATIVE JUSTICE IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM | |
| • Rafael Antonio Rodrigues | |
| A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS DELITOS CULTURALMENTE MOTIVADOS | 321 |
| THE POSSIBILITY OF APPLICATION OF RESTORATIVE JUSTICE TO CULTURAL OFFENSES | |
| • Luísa Nami Godoy | |
| UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO | 333 |
| A DIALOGUE PROPOSAL BETWEEN RESTORATIVE JUSTICE AND BEHAVIOR ANALYSIS | |
| • Lígia Fernandes da Silva e Alex Eduardo Gallo | |

| | |
|--|-----|
| A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DE HUMANIZAÇÃO DO PARTO E NASCIMENTO NAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS (1987-2012)..... | 345 |
| THE EMERGENCY OF THE HUMANIZATION SPEECH OF BIRTH AND BIRTH IN THE BRAZILIAN THESES AND DISSERTATIONS (1987-2012) | |
| • Ana Maria Bourguignon e Marcia Grisotti | |
| RESENHA DO LIVRO JUSTIÇA RESTAURATIVA, DO AUTOR HOWARD ZEHR. TRADUÇÃO: TÔNIA VAN ACKER. SÃO PAULO: PALAS ATHENA, 2012. | 357 |
| • Eduardo da Silva Melo | |
| NORMAS EDITORIAIS PARA TRABALHOS | 361 |

EDITORIAL: JUSTIÇA RESTAURATIVA E CIDADANIA

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas desenvolve estudos sobre Justiça Restaurativa desde o ano de 2015. Em agosto de 2016 organizou a **I Jornada de Estudos e Pesquisas sobre Justiça Restaurativa**¹, evento que mobilizou pesquisadores da graduação e pós-graduação das áreas de Direito, Serviço Social, Psicologia e Educação e suas produções acadêmicas. Impulsionada por este evento a Revista Publicatio divulga sua terceira edição do ano de 2016 com a temática Justiça Restaurativa e Cidadania.

O Grupo de Estudos orienta suas pesquisas e debates a partir da concepção de que a Justiça Restaurativa se constitui em um *“novo paradigma de justiça, voltado para o atendimento das necessidades de todos os envolvidos em um conflito/crime, com vistas à reparação de danos à vítima, responsabilização do ofensor e empoderamento comunitário. A justiça restaurativa se articula à afirmação dos direitos humanos, por promover a humanização dos envolvidos, o resgate de valores universais compartilhados, o senso comunitário e a afirmação da igualdade de participação de todos.”* Trata-se de objeto de pesquisa de caráter interdisciplinar e no contexto comunitário exige práticas que potencializem a condição de cidadão de todos os sujeitos envolvidos no processo de restauração das suas relações sociais.

Mantendo coerência com a proposta da Jornada, os eixos orientadores desta edição são: Estado e Políticas públicas e sua relação com a Justiça Restaurativa; experiências e propostas de Justiça Restaurativa; Direitos Humanos e Justiça Restaurativa; Justiça Restaurativa, Família, Infância e Adolescência; Justiça Restaurativa e Violência Doméstica e por fim Escola, Comunidade e Cultura da Paz.

A Justiça Restaurativa teve por país de origem a Nova Zelândia e tende a ser considerada como modalidade alternativa e pacificadora na solução de conflitos em muitas situações distintas, que não apenas dentro do sistema judicial. No Brasil, a prática foi primeira divulgada no Rio Grande do Sul e se estende para diversos estados do país, mesmo com aparição modesta diante da abordagem tradicional que é a Justiça Criminal.

Como parte do processo chamado restaurativo, são realizados pré-círculos e círculos entre os participantes (agressores e vítimas) com a mediação de outros elementos externos. Os círculos são promovidos por pessoas capacitadas que realizam cursos oferecidos pelo próprio Sistema de Justiça para formação de qualquer cidadão que queira atuar como voluntário, por exemplo. Sendo assim, tais pessoas não necessitam de formação profissional em Direito ou outras áreas do conhecimento científico e são apresentados como facilitadores do diálogo entre as partes.

Assim sendo, abrimos esta edição com o texto *“La escuela como escenario de paz: justiça restaurativa y resolución de conflictos”*, de autoria de Giovanni Alberto Zapata Cardona, com formação em Ciências Sociais, pela Universidad de Antioquia, da Colômbia. Trava discussão sobre o espaço escolar enquanto lugar de conflitos, que desenvolve atualmente o papel determinante na resolução pacífica desses conflitos, ao invés da implementação de medidas punitivas, bastante enraizadas na cultura escolar.

O texto seguinte é produzido por Petronella Maria Boonen, doutora em Sociologia da Educação pela USP, com tese desenvolvida sobre Justiça Restaurativa. Ela explora o papel adquirido pelo perdão na justiça restaurativa, não como objetivo central, mas como desdobramento dessa prática. Entre outras referências, a partir das perspectivas de Paul Ricouer e Hannah Arendt, nos apresenta *“O lugar do perdão na justiça restaurativa”*. Já Rodrigo Cristiano Diehl e Rosane Teresinha Carvalho Porto escreveram o artigo *“A cultura simbólica e punitiva do Direito Penal no Brasil: os avanços sociais e os desafios da política nacional de justiça restaurativa a partir da resolução n. 225 CNJ/2016”*, que tem por base o método hipotético-dedutivo e a pesquisa bibliográfica para realização das reflexões desenvolvidas.

Cristina Rego Oliveira, que desenvolve Doutorado Pleno, pela Universidade de Coimbra, traz o artigo intitulado *“Apre(e)nder com a observação: um estudo comparado da mediação penal de adultos em Portugal e das práticas restaurativas do Brasil”*, indicando-nos que existem semelhanças entre os sistemas de justiça dos dois países para realização de uma crítica sobre as práticas de justiça restaurativa. *“Justiça Restaurativa e o Sistema Penal: articulações possíveis”* é apresentado por Jussara Alves da Cruz Soares e Priscila Ferreira

¹ A I Jornada de Estudos e Pesquisas sobre Justiça Restaurativa ocorreu no período de 30 de agosto a 02 de setembro de 2016 na Universidade Estadual de Ponta Grossa/Pr. Consultar os ANAIS do evento no link: http://pitanguiu.uepg.br/eventos/justicarestaurativa/index_ANAIS.php

Fortini, ambas da Faculdade Guairacá, da cidade de Guarapuava – PR. Fruto das reflexões ao longo do curso de Psicologia e da atuação como facilitadora da primeira, as duas autoras desenvolvem uma discussão da Justiça Restaurativa como complementar ao Sistema Penal brasileiro.

Em “Considerações sobre a efetivação da Justiça Restaurativa no ordenamento jurídico brasileiro”, Rafael Antonio Rodrigues, como parte do desenvolvimento das atividades de iniciação científica na área de Efetivação da Justiça Restaurativa, retoma a legislação no Brasil de forma a identificar o surgimento das práticas restaurativas e sua efetividade frente a complementaridade no sistema penal no país. A mestranda em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, com bolsa de estágio para pesquisa e investigação na Universidad de Salamanca, na Espanha, Luísa Nami Godoy, construiu o texto “A possibilidade de aplicação da Justiça Restaurativa aos delitos culturalmente motivados”, no qual analisa os efeitos do multiculturalismo nas práticas legais, especificamente aos novos desafios que impõe ao Direito Penal. Nesse caso, entende que os crimes ditos culturais teriam melhores soluções a partir das práticas da Justiça Restaurativa.

Lígia Fernandes da Silva e Alex Eduardo Gallo assinam o trabalho “Uma proposta de diálogo entre a Justiça Restaurativa e a Análise do Comportamento”, no qual discutem o modelo restaurativo como alternativa ao modelo retributivo de justiça que, segundo eles, não geram os resultados para diminuição da criminalidade e reincidência dela. Os autores são membros do Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento, na Universidade Estadual de Londrina – PR. Eles lembram ainda, que o campo dessa temática ainda requer mais estudos a fim de difundir tais práticas como opção viável, aliada à Análise do Comportamento, advindo da Psicologia. Finalizando os textos que geram o tema deste número da revista, está a resenha redigida por Eduardo da Silva Melo, que atua como facilitador em círculos de Justiça Restaurativa em Sergipe. O autor resenha a obra de Howard Zehr, um dos precursores da temática.

O artigo livre da edição traz uma análise das teses e dissertações desenvolvidas no Brasil, no período entre 1987 a 2012, sobre os discursos de humanização do parto e nascimento. É assinado por Ana Maria Bourguignon, doula e advogada, especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011), mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014) e, Marcia Grisotti, mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992), doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2003) e pós-doutorado realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e Collège de France (2015).

Jussara Ayres Bourguignon
Francieli Lunelli Santos